

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Luciana Caprice Silva Santos da Rocha

luciana.rocha@projecao.br

RESUMO

Aborda-se inicialmente neste texto, os principais conceitos acerca da formação de professores presentes na literatura, pontuando os principais autores que fundamentam a área da Educação Infantil. A formação de professores representa um processo contínuo e permanente de desenvolvimento. Nesse sentido, busca-se refletir sobre a ação do profissional da educação infantil. Para isso discute-se o conceito de formação procurando analisar a formação como objeto de estudo no espaço escolar. Assim, uma questão que parecia simples torna-se extremamente complexa tendo em vista a relação que pretendemos estabelecer entre o conceito de formação e a prática pedagógica desenvolvida na Educação Infantil.

Palavras-chave: Formação. Prática pedagógica. Educação Infantil.

ABSTRACT

It's approached initially in this text, the main concepts about the formation of teachers presents in literature, focusing the main authors wich based the area of infantile education. The formation of teachers represents a continuous and permanent process of development. In this direction, trying to reflect an action of the professional of the infantile education. To do that, we most have a look on formation concepts trying to analyse the formation as object of study on school's space. Thus, a question that seemed simple becomes extremely complex in that point of view the relation that we intend to establish a relation beetwen the concept of formation and pedagogical pratice developed on Infantile education.

Key-word : Formation. Practical pedagogical. Infantile Education.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo aborda a formação e a capacitação de professores voltados para a educação infantil, numa perspectiva legal e pedagógica. Inserem-se as questões voltadas para a qualificação adequada ao atendimento às crianças durante a Educação Infantil em sua amplitude, ou seja, características do aprendizado, da adequação de recursos pedagógicos, do aspecto social e da capacitação dos profissionais da área. Resgatamos o assunto desde o significado da formação até o princípio da formação de professores no Brasil, abrangendo a dimensão pedagógica voltada para a educação infantil especificamente. A fim de embasar e comprovar a necessidade sobre a importância da formação acadêmica e da seriedade a respeito do assunto, incluímos duas entrevistas, com experientes profissionais que atuam na Educação Infantil há dez anos.

2 O SIGNIFICADO DA FORMAÇÃO

Na discussão sobre o conceito de formação apoiamo-nos nas idéias expressas nos Referencias de Formação de Professores, MEC/1998, que estabelece que a formação precisa intencionalmente possibilitar o desenvolvimento do professor como pessoa, como profissional e como cidadão. Assim, não poderíamos pensar nesse significado sem estabelecer uma análise dessas questões centrais, pois, isso deverá refletir-se nos objetivos da formação e na criação de diferentes tempos e espaços de vivência para os professores e na organização institucional.

Nesse sentido, é importante destacarmos que os anseios dos professores são fundamentais, pois o ser humano sofre um processo de busca permeado por sentimentos de insegurança, medo, impotência, como destacam Souza e Borges (2002, p.23). No entanto, não basta compreender a sensação de impotência e medo, é necessário que o educador veja no formador uma figura de cuidado que possa propiciar e inspirar sentimentos de acolhimento, confiança e segurança. Além disso, é necessário que o formador seja um modelo de exemplo e imitação.

3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Pimenta (1992, p. 38) destaca que a formação do professor primário no Brasil pelas escolas normais data do século passado, quando em 1833 foi criada a Escola Normal de Niterói-RJ, seguida da criação de várias outras escolas formadoras até o final do século. Nesse sentido, vale lembrar que todas eram escolas públicas e dedicadas exclusivamente aos homens, pois nessa época o trabalho da mulher era direcionado ao lar e aos filhos, apenas no século 20 a mulher freqüentará a escola, graças ao avanço do capitalismo e a necessidade de qualificar a mão de obra. Assim, as mulheres da classe burguesa freqüentam a Escola Normal a fim de se prepararem para o destino de “ser mãe” o que influenciará claramente no currículo e conteúdos dessa escola. Logo, essa profissão passa a requerer mais uma “vocação” do cuidado com crianças do que o preparo e formação profissional de fato, os salários baixos demonstravam que na verdade ser professora era quase que “ser mãe” uma missão de amor. Essa postura profissional influenciará drasticamente a educação tradicional, onde a professora tinha em mente “o aluno ideal”.

A partir de 1932 foram criados os Institutos de Educação que serviram para ampliar as finalidades da Escola Normal que incorporaram novas experiências didático - metodológicas, sem contribuir de fato para as mudanças sociais que ocorriam no ensino

primário naquela época, “as crianças originárias das camadas populares que começaram a ter acesso à escola, a partir da década de 50”, como afirma Pimenta (1992, p.40). O caráter elitista desses Institutos e das Escolas Normais era grande o que não correspondia com a regulamentação profissional, como destaca a autora.

No período de 60 a 70, houve uma expansão quantitativa, relacionado à clientela que passou a frequentar os cursos. Assim, essa formação continuou sendo realizada pelas Escolas Normais e Institutos de Educação, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 4.024/61) não alterou significativamente o Ensino Normal, como destaca Pimenta (1992).

O processo de urbanização industrial vai aos poucos sofrendo características da classe média assalariada, como afirma Pimenta (1992, p.41), “já não é mais luxo a mulher trabalhar fora, o trabalho da professora carrega uma vantagem que é permitir a conciliação com o trabalho de casa”. Consequentemente, o que podemos perceber é a característica do papel feminino que se torna cada vez mais claro, suas raízes históricas do trabalho e sua formação esclarecem suas perdas de identidade profissional.

A partir da década de 70 perceberemos que com a Lei nº 5.692/71 a denominação da formação de professores aparecerá como Habilitação no Magistério, incluída na reforma do 2º grau como um todo, no qual o aluno após cursar as disciplinas para a formação geral, realizaria as disciplinas profissionalizantes em dois ou três anos, nesse último caso, estariam incluídas as especializações em pré-escola, alfabetização e outras, segundo a autora.

O grande avanço que podemos observar na década de 90 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB- Lei nº.9.394/96), artigo 62, e o decreto nº.3.276, de 6 de dezembro de 1999, é que a formação de docentes para atuar na Educação Básica será feita em nível superior, em curso de Licenciatura, de graduação plena, em universidades e instituições superiores de educação (MEC, SEF, 2002).

A LDB - Lei nº.9.394/96 estipulou um prazo de cinco anos para que os professores leigos obtivessem a habilitação necessária ao exercício das atividades docentes e ampliou os recursos para a capacitação mínima dos mesmos, além disso, previu que até dezembro de 2006 somente seriam admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço, o que na prática não funcionou, embora muitos professores em exercício tenham buscado essa formação a fim de não perder o emprego, o que contribuiu para a grande procura pelos cursos de Licenciaturas no país.

Nesse sentido, vale destacar que até o ano 2000, o número de professores sem habilitação ainda se encontrava na casa de um milhão. Desses, cerca de 250 mil necessitavam completar ao menos a formação mínima do Normal Médio para se habilitarem ao exercício das funções docentes na escola infantil ou no fundamental de 1ª a 4ª séries.

Outro aspecto interessante que podemos observar é que a proporção de cursos de Magistério caiu consideravelmente de 30% para 17%, entre 1998 a 2000, no conjunto de cursos de nível médio, o que demonstra que as escolas estão se adaptando às novas demandas do mercado de trabalho, agora direcionada para a formação de nível superior. Um exemplo claro dessa nova realidade são os cursos na Modalidade Superior, destinados à formação de docentes para a Educação Infantil e para as primeiras séries do Ensino Fundamental.

4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) assim dispõe sobre a formação de profissionais de educação em seu artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior; em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Pensando nas reformas educacionais da década de 90, no Brasil, percebemos entre outras mudanças a ação da educação, enquanto campo legal, burocrático, institucional e ideológico, como afirma Kishimoto (2002, p. 12) “essa mudança, recuperou antigos conflitos e contradições, os quais historicamente sempre permearam o atendimento a essa faixa de idade”.

Desta forma, percebe-se que essas mudanças foram significativas, pois a Lei de Diretrizes e Bases anterior, vigente de 1971 a 1996, apenas dizia que os sistemas de ensino deveriam “zelar” pelas crianças menores de 7 anos, idade em que se iniciava o período de escolaridade obrigatória. Assim, um dos maiores avanços que podemos perceber é que a educação infantil aparece como primeira etapa da educação básica.

Neste sentido apontam-se as idéias de Oliveira – Formosinho e Kishimoto (2002, p.13) que destacam as exigências de formação incorporadas à LDB são coerentes com essa opção, ao definir como meta a formação de nível superior e, como exigência mínima, a formação em nível médio, na modalidade normal.

Assim, é possível observar um grande avanço em relação aos papéis exercidos por esse profissional que exerce um papel similar aos outros professores, mas é diferente em muitos outros, pois “esses aspectos diferenciadores configuram uma profissionalidade específica do trabalho das educadoras de infância” (OLIVEIRA-FORMOSINHO e KISHIMOTO, 2002).

Contudo, conjugada com esses dispositivos legais, deve estar uma nova mentalidade sobre a criança e a infância, assim como o reconhecimento de que a educação para ser eficiente deve começar nos primeiros anos de vida, como afirmam SOUZA e BORGES (2002).

Portanto, se pensarmos mais detidamente sobre a realidade da prática pedagógica desse profissional, iremos perceber que a grande importância do seu papel dentro da sala de aula vai muito além de teorias, pois sua prática requer zelo, carinho e dedicação, fatores que não estão disponíveis em cursos formadores, por isso, o olhar sobre a infância e a criança devem refletir essa nova realidade legal. Nesse sentido, em um trabalho realizado em campo vimos que um dos aspectos subjetivos da Educação Infantil está no cuidado que devemos ter com as crianças. Entendendo a palavra **cuidado** no sentido mais amplo possível, o que significa que tal compreensão deve orientar as práticas da educação infantil, caracterizadas como ações de cuidar e educar de forma integrada. O pressuposto subjetivo é cuidar do outro em toda sua dimensão humana, como destacou a entrevistada.

Além disso, devemos pensar na formação, por isso, a mesma afirmou que é imprescindível que o professor tenha, no mínimo, o curso superior completo na área de educação. A pós-graduação em educação infantil e psicopedagogia também contribuem bastante. Somente aprofundando-se nos estudos para compreensão do desenvolvimento humano o professor poderá desenvolver seu trabalho com a qualidade que a educação infantil necessita.

Pensando mais detidamente sobre o cuidar na educação infantil, a entrevistada falou que as emoções são formas privilegiadas de comunicação da criança. O professor deve compreender e ler tais expressões, assim como deve saber administrar o fluxo emocional no interior dos espaços pedagógicos infantis.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento afetivo, que está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento cognitivo também ocorre por meio dessas interações sociais. O adulto ensinante, mediador por excelência entre a criança e o conhecimento, necessita de aporte teórico/prático para ler as disposições afetivas das crianças, como as emoções, as quais são indicadoras privilegiadas, nessa fase, dos estados psicológicos. Sua expressividade, que possibilita a comunicação com o adulto por meio da mímica facial, é indicadora do estado da criança, como também, contagia o ambiente, impedindo que flua a atividade reflexiva. O que pressupõe uma ação eminentemente racional.

Por tudo isso, ela destacou ainda que professor deva ter a sensibilidade emocional para tais argumentos que expressam a complexidade e a importância das ações voltadas para a primeira infância e tais práticas de educação são ao mesmo tempo atitudes permeadas por aspectos afetivos, subjetivos e por aspectos racionais/objetivos, o que confirma a integração das mesmas no âmbito da educação infantil. Portanto, ao refletir sobre a práxis na educação infantil, deve-se pensar nesses aspectos destacados sobre a formação e a sensibilidade do profissional que atua nessa área da educação.

Além desses aspectos destacados, vimos que uma professora que atua a muitos anos na Educação Infantil considerou de suma importância para a prática pedagógica na Educação Infantil ter uma especialização adequada onde o foco principal visa aprimorar o crescimento do aluno, assim, ela destaca que é de fundamental importância ter a formação do “magistério” ou o curso Normal superior; fazer cursos complementares na área da educação infantil; adquirir experiência em sala de aula, pois essa é uma das principais formações, a prática pedagógica. Ao falar da contribuição da educação infantil para o desenvolvimento da criança ela destacou que as atividades lúdicas contribuem bastante para a aprendizagem nessa fase.

Daí a importância da reflexão, pois a formação de professores na educação infantil requer um olhar sobre essa prática tão minuciosa, assim, no arcabouço dos saberes, está inserida uma série de elementos que vêm delinear a ação docente.

Um desses elementos é a participação da família na escola, pois, quando uma criança chega a uma instituição de educação infantil não é somente ela quem está chegando, chegam seus familiares que muitas vezes interferem no processo de ensino-aprendizagem, como destacam Souza & Borges (2002, p.28), “com ela chegam seus familiares e toda uma série de mudanças que são desencadeadas dentro da própria instituição para receber aquela nova criança e a nova família”. Por isso, os anseios e expectativas envolvem os alunos, pais, professores que precisam refletir constantemente sobre a adaptação da criança e da família nesse novo momento, que na maioria das vezes não é vivenciado de uma maneira tranquila, ou porque a escola estabelece normas para tal “adaptação” ou porque a família não tem tempo de participar desse momento tão enriquecedor e importante para a criança.

Assim, esse novo momento parece muito mais como uma fase que deve ser esquecida ou até mesmo evitada, do que com algo que contribuirá grandemente para o desenvolvimento da criança, pois, os professores e funcionários da instituição são desconhecidos da criança e às vezes até mesmo da família, que passa a não entender o porquê de tanto estresse e sofrimento. Então, no meio dessa complicada relação o professor muitas vezes passa por momentos em que não sabe como agir, ou porque não foi orientado, ou por não concordar com tal orientação. Nesse sentido, conversamos com uma professora do Maternal que afirmou essa etapa como “um processo de suma importância para o desenvolvimento, o qual depende muito de como o professor irá conduzir, pois, o que o aluno realmente precisa nesse momento é sentir segurança, ser amado e aceito pelo grupo”.

As idéias de Souza e Borges (2002, p.30) apontam para uma reflexão daqueles envolvidos na educação da criança, uma vez que muitas vezes os educadores e familiares optam por “ir embora sem a criança ver” e assim, iniciam uma relação baseada na mentira e construída com uma base distorcida, onde o vínculo de confiança é constantemente quebrado.

Nesse contexto, questiona-se a origem, a práxis e a eficácia sobre o ato de ensinar. Portanto, embora reconheçamos que a prática pedagógica desse profissional requer algumas características essenciais, que não são ensinadas, mas inerentes ao seu cotidiano, entendemos que sem a formação específica desses educadores, a práxis eficiente torna-se cada vez mais ilusória.

O educador que está em constante formação deve ter consciência do papel que exerce na formação de uma geração apta aos desafios do novo milênio. Para tanto, uma reflexão consciente dessa prática é de fundamental importância, a fim de pensar na criança que queremos formar e sob quais vínculos as mesmas serão formadas.

Para que todos possam sair ganhando ao passar por essa vivência, principalmente a criança, é importante que:

Todos sejam apoiados, que valorizem esse momento como um momento que demanda atenção e cuidado, pois, vivências estão em jogo. Essa consciência, esse processo, deve ser desencadeada pela instituição e seu primeiro passo deve ser dado em direção à sua equipe, com ênfase nos educadores que atuam diretamente com as crianças. (SOUZA e BORGES, 2002, p. 31).

Então, quando passos são dados em direção aos profissionais da educação infantil a fim de prepará-los, a práxis pedagógica melhora consideravelmente, pois vínculos são firmados e confianças estabelecidas. Logo, é importante observar os anseios e dificuldades vivenciadas por esses professores, que possuem um saber acadêmico, adquirido em sua área específica de formação docente, assim como de um saber da natural, de sua própria vivência, adquirido ao longo de sua jornada pessoal e profissional. Ambos os aspectos unem-se, gerando profissionais com visões diferentes acerca do ato de ensinar, mas cada um com suas peculiaridades contribuem para a evolução da educação, porém, com suas relevâncias, como ressalta TARDIF (2002, p.37).

Nesse aspecto, ensinar torna-se algo imprescindível para o repasse do conhecimento na vida do ser humano. Deve ser encarado com seriedade e ser respeitado a fim de promover cidadãos conscientes incluídos na sociedade como um todo.

Considerando os saberes naturais e da própria vivência, perceberemos a importância da formação de profissionais para atuarem na Educação Infantil, uma vez que eles promovem não apenas a socialização de crianças, mas um desenvolvimento integral de suas identidades e participando ativamente na ampliação dos seus conhecimentos. Portanto, não podemos desconsiderar a importância da formação desses educadores, a fim de que contribuam para o desenvolvimento integral da criança, que vai muito além das noções básicas de um currículo escolar bem elaborado, auxiliando a família na promoção de valores como o respeito ao próximo e ao meio ambiente.

Assim, esse educador estará de fato participando na formação integral da criança, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, pois, é possível mudarmos a sociedade por meio da educação, basta assumirmos o nosso papel de educar para a vida, e isso deve começar ainda cedo, uma vez que a educação infantil é o início da vida estudantil, e nessa etapa tão importante o saber cuidar deve ser entrelaçado com o saber ensinar e a adaptação seja ela como for pode ser vivida, assumida e elaborada por todos, assim, os objetivos tornam-se claros como veremos a seguir:

Temos como objetivo educar para o novo, educar para o convívio em grupo e para a socialização, educar para o cuidado e o respeito às necessidades básicas do ser humano como segurança, o sentimento de pertencer e educar para a autonomia, não esquecendo que esses objetivos devem ser estendidos também às famílias.... (SOUZA e BORGES, 2002, p. 33).

Essa parceria família/escola é extremamente importante para o desenvolvimento da criança num todo, e a educação para a socialização envolvem temas como o convívio e o respeito às diferenças que devem ser trabalhados não apenas na sala de aula, mas também em casa, pois, a escola ensina valores que muitas vezes entram em choque com os valores ensinados na família, por isso, os professores e a equipe pedagógica devem estar preparados para ensinar esses valores não apenas para as crianças, mas quando necessário, para a família.

Não podemos estar omissos frente a essa realidade, precisamos estar preparados como educadores para contribuirmos de fato com a formação desses futuros cidadãos, e mostrarmos aos pais que muitas atitudes dos filhos refletem o comportamento dos pais. Mas isso só será possível se esses profissionais entenderem seu precioso papel, e de fato forem preparados, nesse sentido, cabe aos formadores observarem os anseios e dificuldades encontradas pelos professores da educação infantil no cotidiano escolar, dificuldades que muitas vezes começam ainda no primeiro dia de aula, na adaptação, como vimos anteriormente.

Souza e Borges (2002) destacam ainda que o professor da educação infantil deve estar consciente de tudo que é possível suscitar em um indivíduo para que o mesmo desenvolva sua forma pessoal de expressão. Para que isso aconteça faz-se necessário preparar esse profissional para que esteja sensível a isso, a fim de que todos os temas sejam ricamente explorados.

Além disso, devemos entender que os professores não buscam apenas realizar objetivos, mas atuar sobre o objeto de trabalho, que é o ser humano, como destaca Tardif (2002, p.128), “as relações que eles estabelecem com seu objeto de trabalho são, portanto, relações humanas, relações individuais e sociais ao mesmo tempo”, então refletir sobre a práxis pedagógica, principalmente na educação infantil, é refletir no papel que esse profissional exerce e suas relações humanas, uma vez que “a primeira característica do objeto de trabalho docente é que se trata de indivíduos”, como acrescenta Tardif, assim, os professores não podem ignorar as diferenças individuais.

4.1 Aspectos pedagógicos da educação infantil

De acordo com a Constituição Federal (1988) e a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), as creches e pré-escolas passam a ser encaradas sob uma nova perspectiva. É definido um novo estatuto influenciando a organização dos sistemas de ensino nos diversos níveis governamentais.

Desde o final do regime militar até a década de 80, período de redemocratização, movimentos sociais organizados principalmente por mulheres, ocasionaram mudanças na área educacional, especialmente quanto à luta por creches e pré-escolas. Ficou clara a necessidade de um trabalho efetivo em relação às crianças de 0 a 6 anos de idade. O direito das crianças sobrepujou-se ao direito das mulheres, antes prioridade pela necessidade de assistência aos filhos durante a jornada de trabalho.

Logo, a qualidade do atendimento a essas crianças também passou a ser questionada. Um dos levantamentos acerca da qualificação pedagógica foi apresentado por Basil Bernstein, que caracteriza as práticas pedagógicas em visíveis e invisíveis, de acordo com os elementos nela intrínsecos (Bernstein, 1984 e 1988). Para o autor, a

pedagogia invisível é relacionada principalmente à prática pedagógica atuante em jardins-de-infância e no ensino primário, voltada para observação da criança, visando sua formação em longo prazo, ou seja, o indivíduo inicia sua fase estudantil na primeira infância aprendendo não apenas conteúdos práticos que facilitarão posteriormente seu período de alfabetização e toda a vida acadêmica, como também, é um coadjuvante para sua formação social.

Isso ocorre devido à convivência com outras crianças desde muito cedo, possibilitando a socialização e a convivência em grupo. Dessa forma, os critérios para essa prática envolvem salas amplas, preconizando também poucas crianças nesse ambiente, que deve ser todo planejado para atividades diversificadas. Assim, a pedagogia invisível torna-se mais cara, devido às adaptações necessárias.

A pedagogia visível remete um ensino tradicional, centrado no professor e caracterizado pela transmissão de conteúdos, sem todo o aparato e cuidados especiais encontrados no modelo anteriormente descrito, inadequados para a educação infantil. Consequentemente vê-se que a formação de educadores para a educação infantil merece especial atenção, pois diz respeito ao atendimento de seres que estão iniciando a vida em ambientes compartilhados com outras crianças, cada qual com sua realidade e herança social. Por isso, muitas são as discussões a respeito dessa formação.

Oliveira-Formosinho (2002 . p. 00) refere-se ao assunto dessa forma:

...o desenvolvimento profissional das educadoras de infância, como ela as prefere chamar, deve basear-se em uma concepção de profissionalidade que requer integração de saberes, integração de funções, interações e interfaces com pais, comunidade e outros protagonistas que atuam nesse campo.

Nesse sentido, uma pesquisa realizada mostrou que são várias as vantagens da Educação infantil para o desenvolvimento da criança, uma vez que contribui para o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social da criança em seus primeiros anos de vida, assim, tem um papel fundamental na formação do indivíduo e reflete em uma melhora significativa no aprendizado da criança.

O acesso ao ensino nos primeiros seis anos de vida é essencial para melhorar o índice de aprendizado dos alunos, estimular desde cedo à busca pelo conhecimento e eliminar as diferenças de origem sócio-econômica no desempenho de crianças de 1ª série. Não é por acaso que, na França, os professores precisam ter mestrado para trabalhar com os pequenos e são tão bem remunerados quanto os que lecionam no nível superior. Infelizmente a realidade no Brasil não é esta.

É na creche ou pré-escola que os pequenos começarão a se conhecer e a conhecer o outro, a se respeitar e a respeitar o outro, e a desenvolver suas habilidades e construir seus conhecimentos.

Assim, são inúmeras as vantagens que uma criança que freqüentou, ou freqüenta o ensino pré-escolar tem diante daquela que foi privada da educação infantil.

5 CONCLUSÃO

Observamos de acordo com o conteúdo teórico e as declarações das professoras, que a prática docente na educação infantil é composta por uma série de elementos que envolvem não apenas a graduação do professor, mas também, a sensibilidade de compreender as necessidades da criança em suas peculiaridades. Isso inclui desde o conseguir integrá-la na escola a partir de sua entrada na sala de aula, conduzindo

corretamente os pais evitando traumas, até a proposta de trabalho adequada, respeitando a faixa etária e o desenvolvimento cognitivo e emocional dos pequenos.

Como foi exposto, atuar na Educação Infantil não é uma tarefa simples, pois o início tenro da carreira estudantil tende a beneficiar o desenvolvimento do indivíduo, por isso, deve ser muito bem conduzido, evitando que a criança venha se desgostar da escola por não ser bem atendida, ou por não se sentir bem acolhida no espaço escolar. Logo, o professor da educação infantil precisa não somente da formação acadêmica, mas deve também, ser dotado de equilíbrio emocional e sensatez para produzir com qualidade e eficiência esse trabalho tão especial.

REFERÊNCIAS

COSTA NETO, Antonio da. **Paradigmas em educação no novo milênio**. 2. ed. Goiânia: Ed. Kelps, 2003.

FORMOSINHO-OLIVEIRA, Júlia; KISHIMOTO, Tizuco Morchida. **Formação em contexto: uma estratégia de integração**. São Paulo: Pioneira, 2002.

MARFLAN, Marilda Almeida. **Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores**. Marilda Almeida Marflan (Organizadora). Brasília: MEC, SEF, 2002.

PERRENOUD, Philippe. Formando Professores Profissionais. *In*: PAQUAY, Léopold; ALTET, Marguerite; CHARLIER, Évelyne; PERRENOUD, Philippe (org.). **Educação**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido. **Funções Sócio-Históricas da Formação de Professores da 1 a 4 série do 1º Grau**. Série Idéias n. 3. São Paulo: FDE, 1992, páginas 35 a 44. Disponível em:< <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/edc>> . Acesso em: 07 de março de 2012.

SOUZA, Regina Célia de; BORGES, Maria Fernanda Tognozzi. **A práxis na formação de educadores infantis**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.